

Princípio de incompletude: a significação da ausência na compreensão do fazer e do saber jornalísticos

Milena Carvalho Bezerra Freire de Oliveira-Cruz*

Resumo

As novas fronteiras da comunicação na contemporaneidade reconfiguram sua participação como processo social, o que implica a necessidade de repensar, atualmente, a construção e a participação dos media na concepção da sociedade. Ao pensar a comunicação como campo social e, por isso, como campo de construção de saberes sobre a própria sociedade, reflito sobre alguns aspectos particulares, a fim de identificar os passos dessa modificação na esfera teórica e sua aplicação na prática. Para definir essa participação, tomo como viés a noção de “ausência” para discutir os espaços, os saberes e as experiências como fatores de legitimação de narrativas oficiais e “desperdício” de narrativas alternativas (ou resistentes) nas práticas jornalísticas, bem como nas suas formulações teóricas.

Palavras-chave: *Narrativas jornalísticas. Processos sociais. Ausências.*

* Jornalista (UFRN). Publicitária (UnP). Especialista em Antropologia Urbana (UFRN). Mestre em Ciências Sociais (UFRN). Professora do Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: milena.freire@terra.com.br.

Introdução

As diferentes formas de ser e estar no mundo na contemporaneidade, construídas pela perspectiva globalizatória, provocam experiências múltiplas e singulares, coerentes e contraditórias que direcionam o indivíduo para uma transformação do sentimento de pertença na sociedade. As mudanças na construção imaginária do espaço e do tempo implicam numa ressignificação do que se compreende por sujeito e coletividade. Berman aproxima este processo da noção de modernidade, como “[...] uma unidade que desune: ela nos despeja a todos num turbilhão de permanente desintegração e mudança, de luta e contradição, de ambiguidade e angústia. Ser moderno é fazer parte de um universo no qual, como disse Marx, ‘tudo o que é sólido desmancha no ar’”. (BERMAN, 1986, p. 15)

É preciso observar, contudo, que esta aflição explicitada por Berman tem seu elemento fundador numa expectativa de adequação e concepção do social criada pela própria modernidade. Dentre outros elementos de ordem, é a inserção de um conhecimento científico que legitima um modo de entender o mundo sob a luz de um estado de permanência e organização que faz surgir a sensação de segurança na conexão entre indivíduo e sociedade. A ideia de uma coerência existente num discurso abrangente e hegemônico que dê conta da significação do todo social é parte deste projeto de modernidade.

A nova estruturação desta ordem vai se dar na multiplicidade de contextos que passam a construir o cotidiano deste indivíduo na contemporaneidade. É nesse horizonte que vai se dar a sobreposição de experiências distintas de sociabilidade, provocadas pela destituição simbólica das amarras fronteiriças e por novas sensibilidades nascidas de situações diversas de exposição e trocas intersubjetivas. Nesse cenário, a comunicação social passa a ser concebida como um campo que proporciona essa nova experiência de interação social por meio das práticas e saberes reordenados pelos novos meios e tecnologias.

É importante entender como princípio que pensar a comunicação como objeto de investigação implica dimensionar sua constituição social, em considerar as possibilidades de acesso a práticas sociais e culturais presentes nos discursos que circulam pela comunicação, dos meios massivos às inter-relações. Esses discursos são representações dessa sociedade que assumem significação para ela mesma. Observar a comunicação, portanto, é construir um olhar sobre o próprio organismo social:

O conhecimento teórico da Comunicação favorece a compreensão crítica das relações que, entre si, os indivíduos mantêm, bem como o quadro formado por sua cultura, sua inserção em um

meio social e mesmo a relevância do papel que em tudo isso os *meios de comunicação* e a ‘sociedade da informação’ desempenham. (POLISTCHUCK; TRINTA, 2003, p. 67, grifo dos autores)

Seguindo essa lógica, é interessante ponderar a expectativa para uma restrição que delimita a representatividade da comunicação no todo social, com base em recortes que são sugeridos pelos próprios paradigmas científicos dos estudos da comunicação, especialmente no que diz respeito à relação entre os *media* e a sociedade. A noção de atuação unidimensional dos *media* com relação a um público receptor passivo/ alienado, por muito tempo representou o modelo comunicacional na perspectiva positivista da ciência moderna, que deteve sua análise na esfera da produção.

Nesse aspecto, é fundamental considerar a perspectiva de Resende (2004, p. 5), que sugere a construção de uma leitura crítica sobre os pressupostos hegemônicos do pensamento moderno, que organizam as formas de estudo na sociologia da comunicação. Para Resende, os efeitos desse pensamento social positivista se encontram aplicados tanto no ponto de vista epistemológico quanto nos aspectos práticos do campo da comunicação social.

A consequência desse referencial hegemônico está na concepção de narrativas “oficiais” (que ofuscam a existência das alternativas) para a construção de um saber e de uma prática da comunicação, em particular do jornalismo, na atualidade. Nesse contexto, o papel das *narrativas* é fundamental e, nesse debate, segue conforme proposto pelo autor como lugar onde são tecidos os saberes sobre o mundo, e com base nelas outros saberes são constituídos. “Em outras palavras, se há alguma mediação possível, pelo menos em se tratando do campo dos *media*, ela acontece na e através da narrativa”. (RESENDE, 2004, p. 15)

Dessa maneira, na concepção desses saberes sobre o mundo, a interferência de um paradigma, que concebe esta voz que ecoa dos *media* como verdade legitimada para representar o social, faz desenvolver uma prática dessa comunicação calcada nesta mesma base. Assim, a comunicação social elabora seu discurso na perspectiva de que sua visão abrange tudo aquilo que seja, de fato, suficientemente relevante para compreender esse mesmo social que traduz e é portadora, dessa forma, de uma narrativa oficial. Esta consideração, para a análise a que se propõe neste ensaio, será de grande relevância.

Sociedade consensual: hegemonia, papéis e discursos legitimados

Temos, nesse ponto, a formulação de duas noções que são importantes para a sequência desse raciocínio: o entendimento de um papel

social dos *media* e a vigência do seu discurso na sociedade. Aproximando esse debate do campo mais específico da construção jornalística, vejo, na perspectiva de Hall (1993, p. 226), a atribuição de significação social aos acontecimentos, identificados e contextualizados em notícias, como um processo que “tanto assume como ajuda a construir a sociedade como um ‘consenso’”.

Hall parte da ideia de formação da sociedade por meio do consenso, do compartilhamento de “mapas de significado” constituídos de interesses, valores e preocupações fundamentais que assumem representatividade e dão legitimidade social ao grupo. O discurso jornalístico, nessa ótica, ao interpretar os acontecimentos nos mapas de que derivam, reconhece e fortalece a natureza do consenso como base da sociedade, sendo, muitas vezes, a voz que favorece a circulação das significações que mapeiam essa ordem alcançada pelo consenso:

Os *media*, desta forma, apresentam a primeira, e muitas vezes a única, fonte de informação acerca de muitos acontecimentos e questões importantes [...]; definem para a maioria da população os acontecimentos significativos que estão a ter lugar, mas também oferecem interpretações poderosas acerca da forma como compreender estes acontecimentos. (HALL, 1993, p. 228)

Essa noção consensual da sociedade, juntamente com a função de ordem que lhe é atribuída, remete ao processo de significação e leitura do mundo orientado pelo discurso “oficial”, hegemônico. Na proposta de Hall, o jornalismo irá desempenhar o ofício de reproduzir simbolicamente a estrutura ideológica vigente, que sustenta a ordem social e garante o exercício do poder das instituições que ocupam papéis dominantes. Embora essa restrição do “uso”¹ do poder pelos *definidores primários*² de Hall deva ser um pouco mais problematizada, merecem especial atenção os aspectos refletidos pelo autor como anteriores e posteriores a essa relação entre os *media* e os detentores do poder, ou seja, as causas e consequências dessa vinculação.

Stuart Hall revela, em todo o seu ensaio, o cuidado de não associar o papel dos *media* nesta tradução e reprodução da ideologia dominante dos *definidores primários* como reflexo de uma fraqueza dos jornalistas ou prepotência dos patrões. Essa condição, para Hall (1993, p. 228-236), se dá pela sedimentação da ideologia profissional que cerca o jornalismo. Ou seja, são condições que sustentam as práticas de produção de notícias

1 É possível conceber o poder com base em seu exercício e na interpelação nos próprios sujeitos, como sugere a ideia de poder disciplinar de Foucault (1979), e não como algo mensurável, dado, e de concentração de alguns. Por isso, a noção de “uso” deve ser relativizada nesse contexto.

2 Os definidores primários serão as “fontes credíveis” das matérias jornalísticas, assim destacadas pelas posições institucionalizadas ou privilegiadas que ocupam. Têm uma relação de acesso facilitado aos jornalistas e influenciam decisivamente na construção do discurso jornalístico como forma de fortalecimento e manutenção do poder que essas instituições detêm.

(pressão com o tempo, distribuição de recursos, rotinas de trabalho), bem como as orientações do jornalismo voltadas para noções de imparcialidade, equilíbrio e objetividade que conduzem ao estreitamento da relação com as fontes credíveis, oficiais, e, por isso, detentoras do poder, na produção do material jornalístico.

Não se esquecendo de que essa ideia de objetividade como expressão da realidade é uma herança do próprio pensamento positivista – noção, aliás, que merece lugar constante nesta reflexão –, temos, então, uma conceituação de notícia como “índice do real”. Assim, como afirma Traquina (1993, p. 168), embora o conceito de objetividade possa soar como um “empirismo ingênuo”, ele ainda impera no campo jornalístico e organiza a relação que o jornalismo vai manter com a sociedade:

Lemos as notícias acreditando que elas são um índice do real; lemos as notícias acreditando que os profissionais do campo jornalístico não irão transgredir a fronteira que separa o real da ficção. E é a existência de um ‘acordo de cavalheiros’ entre jornalistas e leitores pelo espaço desta fronteira que torna possível a leitura de notícias enquanto índice do real e, igualmente, condena qualquer transgressão como crime.

Essa concepção de verdade torna-se um tanto mais complexa à medida que se concebe a existência de parâmetros que cercam o processo de captação e tradução do acontecimento para sua reprodução no produto jornalístico. Esses limites que envolvem a transformação do que é fato no que se imprime notícia vão desde a noção que considera a subjetividade do jornalista até o enquadramento interpretativo – resultante do que se concebe como relevante do ponto de vista noticioso para a ideologia dominante e seus *definidores primários*. (HALL 1993, p. 230)

Essa consideração é interessante quando se retira ou, pelo menos, se transforma, a noção de equilíbrio como critério da produção jornalística. O enquadramento interpretativo desmonta os conflitos e tudo aquilo que puder romper com a ideia de manutenção da ordem vigente, reordenando a entonação das vozes dissidentes para uma versão conveniente ao discurso oficial. Torna-se, então, um debate inexistente, uníssono, que reforça a legitimação do poder operante, e, ainda, o que parece mais novo, o faz com o mérito de quem proporciona um espaço democrático.

A perspectiva de observar a demarcação das vozes presentes no jornalismo, no intento que concebe a sua função como pública e, por isso, democrática, deve diferenciar locutores de enunciadores. Nesse sentido, a reflexão de Benetti (2006, p. 6-7) é chave para a apreciação da noção de pluralidade no discurso jornalístico:

Muitos locutores não significam, necessariamente, muitos enunciadores. Por trás de aparentes polifonias, muitas vezes escondem-se textos essencialmente monofônicos [...]. O mero mapeamento de ‘quem fala’, classificando as fontes em categorias primeiras – como, por exemplo, oficiais e não-oficiais –, não se mostra suficiente para evidenciar quem de fato tem voz social no discurso jornalístico.

Observando a enunciação: polifonias e silêncios

Passa-se a observar, então, o fazer jornalístico na perspectiva que lhe confere não somente o papel democrático que lhe é designado, como o processo de escolhas que influencia sua construção. Ampliam-se, assim, as possibilidades de tessitura do texto, que não somente apresenta vozes, mas lhes atribui sentido pela ordenação que recebem.

Assim, a definição de critérios que justificam a inserção de determinados fatos e temas no campo jornalístico, aquilo que transforma um acontecimento em elemento noticioso, também merece um olhar mais sensível quando percebidos mediante a possibilidade de enquadramento. É preciso dar olhos para os ângulos não contemplados, e não apenas saber que eles existem. E mais: subentende-se que existe paisagem além da moldura, existe um repertório não visitado. Não se torna mais uma questão de observar apenas as linhas que formam a rede, mas dedicar-se para entender de que maneira foram traçadas e quais “pontas” foram deixadas de lado nesse processo. Isso sugere que se dedique especialmente à enunciação, ao “como” no processo de confecção do texto.

A observação às pontas deixadas pelas escolhas que orientam a construção jornalística e a aproximação proposta por Resende (2003) entre a formulação teórica e a elaboração desta própria narrativa remetem à noção de “ausência” proposta pelo autor, quando se abastece da reflexão de Santos (2002, p. 1-6), que classifica como ausentes as diversas experiências sociais não contempladas pela ciência tradicional, que se concebe como única forma de racionalidade, resistindo a mudanças em rotinas e transformando interesses hegemônicos em conhecimentos “verdadeiros”. Em sua teoria, ele propõe uma crítica à razão indolente mediante a construção de um modelo diferente de racionalidade que não possibilite à ciência esconder ou desacreditar as iniciativas que resistam de maneira alternativa à sua legitimação e constituam, por isso, uma riqueza social que está desperdiçada.

A crítica de Foucault (1979) à atuação de um poder disciplinar em todas as esferas sociais, inclusive no saber científico, e suas propostas metodológicas de genealogia e arqueologia para a desconstrução dessas

legitimações parece dialogar com o que se aponta como proposta de Santos (2002). Para Foucault, a elaboração da ciência anula a legitimação de saberes locais, populares, e dos conteúdos históricos, eruditos. A coibição desses saberes em privilégio de um saber englobante é ação do poder na constituição da ciência. Para ele, é necessário que se dê crédito a esses saberes desqualificados, chamados saberes dominados, para dar oportunidade de observar o confronto que o poder tenta mascarar.

O saber científico, dessa maneira, não pode ser centralizador, não deve ocultar aquilo que dizem os conteúdos históricos e os saberes locais. Dar voz àquilo que o poder oculta é uma tarefa da crítica, sugerida por Foucault (1979, p. 171) como genealogia do poder: “Trata-se de ativar saberes locais, descontínuos, desqualificados, não legitimados, contra uma instância teórica que pretenderia depurá-los, hierarquizá-los, ordená-los em nome de um conhecimento verdadeiro, em nome de uma ciência detida por alguns”.

Com base nesta consideração, Foucault vai mais além e passa a questionar o que está por trás da necessidade de categorizar um conhecimento como científico, quais são desqualificados para que a ciência se legitime como tal. Percebe-se, então, mais claramente, a interferência do poder na construção científica e, dessa forma, fica evidente, também, a necessidade de demonstrar, de ativar, esses saberes ocultos pelo poder. A proposta metodológica de Foucault é analisar essas relações de poder, sutis, que legitimam sua ação e desqualificam os saberes locais e conteúdos históricos por meio da genealogia e da arqueologia do poder – podendo, assim, reativá-los e libertá-los da sujeição a que são submetidos.

A contribuição de Foucault, sem dúvida, está na proposta de fazer da genealogia e da arqueologia opções metodológicas que façam florescer o que fica encoberto pelo saber hegemônico. Talvez seja possível reconsiderar, somente, uma pequena diferença no que diz respeito à “reativação” desses saberes desqualificados, locais. Se a ideia de “resistência” der conta de algo que permanece vivo e pulsante *inclusive e apesar* de sua condição desqualificada, o trabalho da arqueologia pode descortinar (e não reativar) um saber resistente, que (já) está ativo. A noção de resistência, aliás, tomo emprestada também de Resende (2004, p. 21) quando propõe, ao que denomina de *lógica do texto*, que se reconheçam as narrativas de resistência, as formas alternativas de narrar o mundo, diante das narrativas jornalísticas oficiais, como maneira de recuperar a experiência desperdiçada que representam.

Essa padronização do saber e do fazer jornalísticos, com base em uma relação mais próxima com a concepção positivista do poder hegemônico, portanto, legitima na sociedade seu lugar como sólido e o seu

discurso como verdadeiro. Em contrapartida, nessa ótica, o jornalismo contribui para a manutenção da distância daquilo que possa parecer inconveniente para a ordenação social hegemônica, como é o caso do que seja resistente, alternativo, fora do eixo oficial. É o que sugere Hall (1993, p. 236):

Assim, os *media* ajudam a reproduzir e a manter as definições da situação que favorecem os poderosos, não só recrutando activamente os poderosos nas etapas iniciais onde os tópicos são estruturados (HALL, 1975), mas favorecendo certas formas de expor tópicos e mantendo certas áreas estratégicas de silêncio. Muitas destas formas estruturadas de comunicação são tão comuns, tão naturais, tão dadas como adquiridas, tão profundamente embutidas nas formas de comunicação que são utilizadas, que são dificilmente visíveis, como construções ideológicas, a não ser que se pergunte deliberadamente: ‘Que mais poderia se dito deste tópico, que não tenha já sido dito?’ ‘Que questões se omitiram?’ ‘Porque é que as perguntas – que pressupõem sempre respostas de determinada natureza – reincidentem tantas vezes nesta forma?’ ‘Porque é que certas outras questões nunca aparecem?’

Questionamentos e opções metodológicas: descortinando as ausências

Dessa maneira, vai se fechando a compreensão da necessidade de questionar pelo que está fora da legitimidade do discurso oficial jornalístico. São as narrativas de resistência, os silêncios, as ausências, os saberes locais. Quantas práticas, sensibilidades e experiências não são aparadas e mantidas fora da moldura? Antes, contudo, é preciso se mostrar disposto, persistente, pois a construção desse modo de agir e conceber o mundo apropriado pelo jornalismo parece encontrar justificativas para boa parte de suas ações e concepções – e torná-las verdades é parte do que assegura a sua manutenção. Falo das noções que orientam a prática jornalística, ideias que cercam e são partilhadas como conduta inerente ao profissionalismo. São os critérios de seleção e noticiabilidade, os estrangimentos do tempo, do espaço e da organização, tudo se direciona para um mesmo fim que explica por que o jornalismo é como é e por que as restrições são “aparadas necessárias”, e não exclusão.

Partindo, então, de um contexto atual de sociedade que interpela o sujeito a um fluxo contínuo de exposições a referências culturais diversas, que não se restringem mais à noção de localidade, como se pode observar o trabalho do jornalista? Diante disso, é preciso conceber o processo

de construção desse sujeito na contemporaneidade baseando-se na perspectiva de interação e confronto contínuos. A formação da identidade, no âmbito da cultura, é parte do que se investe e do que se retira do movimento de exposição recíproca: o olhar do outro é constitutivo da nossa cultura (CANCLINI, 1997, p. 39). Se a cultura, a identidade, a sociabilidade e todos os elementos que dão conta da formação cotidiana do sujeito e da sociedade estão em movimento contínuo, o jornalismo se coloca como lugar de observação desse fluxo. E o que torna a reflexão mais interessante: o jornalista, sujeito, além de observador, também é parte deste movimento.

O entendimento da comunicação nesse fluxo que relaciona, constitui e transforma a noção de cultura (percebendo o sentido inverso desse ciclo como operante – a cultura também vai reestruturar a comunicação) – indica a necessidade de uma colaboração interdisciplinar que auxilie na construção desse novo olhar, mais sensível, para uma percepção mais adequada da relação entre comunicação e cultura na contemporaneidade. Essa relação dos saberes, aliás, sugere-se mais que colaborativa para que se tenha a acuidade necessária. Como pondera Canclini (1997, p. 44), estamos num tempo transdisciplinar, não simplesmente inter ou multi, mas, sim, transdisciplinar, em que as disciplinas têm de interagir umas com as outras. E parafraseia Bourdieu quando afirma que estamos acabando com os monoteísmos epistemológicos e metodológicos.

Nesse ponto, coloco, então, como elemento de reflexão a pertinência de algumas amarras que sustentam a legitimidade e delimitam o que é (e o que não é) jornalismo na nossa sociedade, o que é (e o que não é) objeto de seu interesse e atuação. Ênfase que não estou defendendo o fim das amarras ou a desconsideração de limites. Os parâmetros são necessários. Só não devem ser restritivos a ponto de ocultar, no jornalismo, outros discursos, outras experiências, outras narrativas, outros saberes existentes que não constituem os próprios saberes.

Para propor uma reflexão balizada num recorte mais específico, cito como exemplo algumas ponderações que são parte dos parâmetros que definem o que é jornalismo e quais são os seus objetos de interesse. Na articulação dos fatores que imperam no processo de construção das notícias, Traquina (1993, p. 170) trabalha com o conceito de *ordem no espaço* proposto por Tuchman (1978) para identificar os critérios de delimitação espacial na cobertura jornalística.

Segundo essa concepção, a disposição dos profissionais e o interesse jornalístico estão voltados para as áreas geográficas que tenham significativa *responsabilidade territorial*. Observando o contexto português, Traquina admite a presença de grandes “buracos na rede” originados

pela concentração de empresas jornalísticas na capital, Lisboa. Em sua observação, o “[...] ‘resto do País’ é notícia, como os países do Terceiro Mundo, quando há desordem” (TRAQUINA, 1993, p. 170). Dessa maneira, as organizações jornalísticas “impõem a ordem” de maneira que os fatos noticiosos acontecem em alguns palcos e não em outros.

Trazer a *ordenação espacial* das notícias para este debate não implica uma intenção (que seria ingênua) de levantar proposta de maior abrangência na cobertura jornalística. O que quero problematizar, por exemplo, é o processo de naturalização que passa a conceber os espaços não dotados de “responsabilidade territorial” como lugares desprivilegiados de práticas sociais relevantes. Trata-se da produção de vazios, de ausências, da concepção de “não-lugares”. Não seria o caso de revelar causa ou consequência, quem opera sob influência de quem, mas vejo a noção de cultura como instância de conformação do consenso e a ideia de cultura nacional como suposta homogeneização (CANCLINI, 1997, p. 37-39) como fatores determinantes no processo que ofusca as particularidades e constrói estes “não-lugares”, na sociedade e no jornalismo.

Essa organização dos espaços e dos interesses jornalísticos num âmbito mais pragmático, além de revelar essa relação com uma concepção hegemônica de cultura, faz ponderar o reflexo que tais considerações têm também na construção teórica e epistemológica do jornalismo. Ora, quando se trata do objeto que não interessa à prática, é comum observar um objeto igualmente negligenciado pela teoria. Nesses termos, quantos estudos têm se dedicado às práticas jornalísticas formuladas em espaços não legitimados? De que maneira tais narrativas não são enquadradas em um caráter não oficial e, por isso, não observadas?

Santos (2002) reflete sobre a não existência como a consequência de algo que já é produzido, concebido como invisível, ininteligível. Para ele, o objeto é tido como impossível porque sua formação já representa uma ruptura com o convencional. E propõe:

O objetivo da sociologia das ausências é transformar objectos impossíveis em possíveis e com base neles transformar as ausências em presenças. Fá-lo centrando-se nos fragmentos da experiência social não socializados pela totalidade metonímica. O que existe no Sul que escapa à dicotomia Norte/Sul? [...] É possível ver o subalterno sem olhar à relação de subalternidade? [...] O que une as diferentes lógicas da produção de não-existência é serem todas elas manifestações de uma mesma monocultura racional. (SANTOS, 2002, p. 12)

Considerando (mas não finalizando) os saberes

O que proponho, neste momento, é somente pontuar a existência de objetos diferentes da lógica da investigação científica habitual, oficial, e que nem por isso são mais ou menos relevantes. São apenas diferentes. Mas como se encontram velados, à margem, merecem especial atenção para serem descortinados também como legítimos.

Tomo o cuidado de propor que a observação não possa suscitar um referente que normalmente reforça a tendência de caracterização do diferente. Seguindo a lógica de Martín-Barbero (2003, p. 72), refletindo com base em Muniz Sodré, a noção de si muitas vezes se dá num mecanismo de distanciamento, “exotiza-se o outro, folcloriza-se o outro em um movimento de afirmação da heterogeneidade que, ao mesmo tempo o torna ‘interessante’, o exclui de nosso universo, negando-lhe a capacidade de interpelar-nos e questionar-nos”.

O que temos como proposta está longe daquilo que enxerga o ausente como distante, e, por isso, estranho ou interessante. O trabalho de descortinar o que se encontra nas narrativas resistentes cumpre-se especialmente em colocá-las em observação do plano ausente para o presente, sem modificá-las para isso. Para enxergar as narrativas jornalísticas é preciso considerá-las em seu contexto de significação e circulação. Embora se tenha uma nova compreensão da significação de espaço e tempo, introduzida pela interferência globalizatória, é na *ancoragem territorial* (MARTÍN-BARBERO, 2003, p. 58), ou seja, na ordem das práticas sociais cotidianas, no tecido das proximidades e solidariedades, que se inscrevem as significações para observar tais narrativas.

A proposta de tornar visível o ausente, portanto, dá conta da necessidade de sair do que formula, do que legitima o saber totalitário, hegemônico, para ver o que existe *inclusive* e *apesar* dele. Conceber, na prática e na teoria, parâmetros e saberes oficiais que orientam o que é e o que não é jornalismo, no confronto com uma narrativa que resiste a esse discurso ordenador implica a revisão do quanto esse saber hegemônico de fato consegue se fazer totalitário. Pelo *princípio da incompletude*, sugerido por Santos (2002, p. 16), não existe saber geral ou ignorância geral. Nas particularidades, “toda ignorância é ignorante de um certo saber e todo saber é a superação de uma ignorância particular”. O diálogo entre os saberes, no entendimento da incompletude, será “o confronto e diálogo entre diferentes processos através dos quais práticas diferentemente ignorantes se transformam em práticas diferentemente sábias”. (SANTOS, 2002, p. 16)

Assim, não há como se pretender global o saber que não se dispuser a compreender o que nele estiver ausente, aquilo que ele ignora. Revelar

objetos de estudo ausentes e narrativas resistentes traz para a superfície modos alternativos e complementares de enxergar o mundo. O que, num movimento de diálogo, como se deve constituir a própria comunicação, pode reordenar conceituações tradicionais, oficiais e modificar aquilo que já se concebia completo.

Principle of incompleteness: the significance of the lack of understanding in journalistic knowledge and practice

Abstract

The new frontiers of communication in modern times reformulate its participation as a social process, implying the need to reconsider the construction and participation nowadays of mass media in the conception of society. Considering communication as a social field, and, therefore, as a field of construction of knowledge about society, I intend to guide this consideration in some specific aspects in order to identify the steps of this change in the theoretical sphere and its application in practice. To define this participation, I propose to analyze the notion of "absence" to discuss the spaces, knowledge, and experiences as factors of legitimacy of official narratives and "waste" of alternative (or resistant) narratives, in journalistic practices as well as in their theoretical formulations.

Key-words: *Journalistic Narratives. Social processes. Absences.*

Referências

BENETTI, Márcia *Jornalismo e perspectivas de enunciação: uma abordagem metodológica*. Intexto: Porto Alegre: PPGCOM/UFRGS, 2006, v. 14.

BERMAN, Marshal *Tudo que é sólido desmancha no ar*. São Paulo: Cia das Letras, 1986.

CANCLINI, Nestor Garcia *Cultura y comunicación: revisiones teóricas*. In: _____. *Cultura e comunicación: entre lo global y lo local*. La Plata: Periodismo y Comunicación, 1997. p. 29-46.

FOUCAULT, Michel *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

HALL, Stuart. et al. A produção social das notícias: os *mugging* nos media. In: TRAQUINA, Nelson. *Jornalismo: questões, teorias e 'estórias'*. Lisboa: Vega, 1993.

MARTÍN-BARBERO, Jesus. Globalização comunicacional e transformação cultural. In: MORAES, Dennis de (Org.). *Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder*. Rio de Janeiro: Record, 2003, p. 57-85.

POLISTCHUCK, Ilana; TRINTA, Aluizio Ramos *Teorias da comunicação: o pensamento e a prática da comunicação social*. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

RESENDE, Fernando. *Ausências na comunicação social e no jornalismo: a lógica da rua*. Coimbra: Centro de Estudos Sociais/Univ. de Coimbra. Oficina 197, nov. 2003.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. *Revista Crítica das Ciências Sociais*, Coimbra, n. 63, out. 2002.

MARTÍN-BARBERO, Jesus. Globalização comunicacional e transformação cultural. In: MORAES, Dennis de (Org.). *Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder*. Rio de Janeiro: Record, 2003, p. 57-85.

SOUSA, Mauro W. *Recepção e comunicação: a busca do sujeito*. In: SOUSA, Mauro Wilton (org.). *Sujeito, o lado oculto do receptor*. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 13-38.

TRAQUINA, Nelson. *As Notícias*. In: _____. (Org.). *Jornalismo: questões, teorias e 'estórias'*. Lisboa: Vega, 1993.